

07-10-2016

MERCADO

Hotelaria quer implodir o Alojamento Local

A perspetiva de aplicações de novas medidas ao Alojamento Local está a assustar os proprietários que apostaram neste mercado.

Fernanda Pedro

fpedro@jornaleconomico.pt

A polémica está instalada. Depois do 'boom' dos Alojamentos Locais nos últimos anos, muito devido ao facto de Portugal, sobretudo Lisboa, ter despertado o interesse turístico internacional, eis que surgem notícias para um eventual aumento da taxa de imposto aplicável de 5% para 28% no Alojamento Local (AL). A par disso, pretende-se criar um seguro de responsabilidade civil, como forma de controlar os requisitos de segurança e de higiene dos alojamentos locais. Alterações que vão colocar em causa um negócio ainda jovem que tem atraído investimento na reabilitação dos centros históricos.

Na verdade, o que se pretende nestas alterações é taxar o Alojamento Local ao mesmo valor do arrendamento tradicional e destacando o AL do turismo

tradicional, algo que irá comprometer o percurso crescente deste segmento. Margarida Osório de Amorim, Associada Coordenadora da sociedade de advogados PLMJ - Imobiliário e Construção, refere que estas medidas, se forem aprovadas, têm um impacto direto muito forte na esfera dos proprietários e entidades exploradoras de estabelecimentos de AL e "podem pôr em causa o dinamismo, atratividade e crescimento que este setor tem

O alojamento local tem contribuído para o aumento da captação de turistas para Portugal e para o crescimento do setor

vivido".

Também Carla Reis, mentora do projeto Alojamento Local - Esclarecimentos, vai mais longe e assegura que esta situação parte do 'lobby' das cadeias hoteleiras que querem implodir com o Alojamento Local. "Estão receosos com a concorrência e tentam travar a ameaça".

A advogada da PLMJ, adianta que se, em 2014 (com a publicação do regime dos alojamentos locais), se premiou a desburocratização; agora complica-se e exige-se atas e maiorias.

"Tentou-se combater-se a evasão fiscal; agora agravamos a carga fiscal de um setor de atividade que se encontrava em grande expansão e desenvolvimento". A responsável salienta que se está a começar a complicar uma realidade que pretendia ser simples e que, nos últimos meses/anos, têm ajudado Portugal a crescer.

Clara Reis, esclarece que os custos do arrendamento tradi-



cional não se compara com o AL. O que se tem de pagar para o funcionamento de um AL é constante, desde serviços de limpeza, de reposição de produtos, de angariação, de atendimento e muitas outros custos, até o valor da água fica logo mais elevado. "Temos de ter tudo o que têm as unidades hoteleiras e com custos inerentes a isso", adianta. Trata-se de matar um negócio

em franco crescimento e que já tem cerca de 10.000 AL registados só em Lisboa e mais de 30 mil em todo o país.

Margarida Osório de Amorim, admite **mesmo que devemos ajustar e fortalecer** o crescimento com regras sólidas, mas não matá-lo ou sufocá-lo à nascente com tributos desta natureza, tratando por igual aquilo que não é igual. ■